

Moções



Conquistar direitos,
desenvolver o Brasil!

Eixo 1

GT 1 – Educação e Ensino Fundamental

1. Moção de apoio ao Movimento #OcupeBrasília

Na manhã de terça-feira (6 de dezembro) cerca de 300 estudantes convocados pela UNE e UBES armaram suas barracas no gramado da Esplanada dos Ministérios, dando início ao movimento #OcupeBrasília com uma grande demonstração de ousadia e combatividade. Ousadia essa que coincide com a esperança dos jovens de todo o mundo que têm sido os motores de grandes revoltas populares pelo mundo a fora. Em meio aos ataques da grave crise internacional que vivemos, o ano de 2011 é repleto desses exemplos. A luta contra os regimes ditatoriais foi o foco de resistência da juventude do Oriente Médio. Na Europa, a saída conservadora para a crise econômica com duros golpes aos direitos sociais, fez com que o povo se levantasse em grandes manifestações nas praças da Grécia, Espanha, Inglaterra entre outros países. No continente latino americano, os estudantes do Chile e recentemente da Colômbia realizaram manifestações massivas em defesa da educação pública e gratuita. Essas mobilizações chegaram até aos Estados Unidos, com o movimento Ocupe Wall Street que questionou o sistema capitalista e suas bases no mercado financeiro com manifestações em Boston, Chicago, Los Angeles e se espalharam por todo o mundo. Nós, delegados da Conferência Nacional de Juventude, apoiamos os estudantes que seguem acampados na Esplanada dos Ministérios para pressionar pela aprovação do PNE com investimento de 10% do PIB para Educação, dos 50% do Fundo Social do Pré-Sal para Educação e do Estatuto da Juventude.

GT2 – Educação – Ensino Superior

1. Moção de repúdio

Moção de repúdio à Comissão de Organização Nacional que enviou e-mail para a Comissão do Rio de Janeiro determinando que os menores de 18 anos deveriam ter autorização judicial para participar da Conferência, quando o regimento interno prevê autorização apenas dos responsáveis.

2. Moção contra a redução da maioria penal

A II Conferência Nacional de Juventude, expressa-se contrária ao rebaixamento da idade penal de 18 para 16 ou 14 anos, bem como toda e qualquer proposta de medidas de repressão para com a juventude. Sabemos que a cultura de paz não virá magicamente com essas medidas. Acreditamos que sendo cumprido o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA não seriam

necessários subterfúgios para justificar a redução da maioridade penal. Compreendemos que crianças, adolescentes e jovens, vistos como cidadãos de direitos, respeitados, dificilmente serão violadores/as dos direitos humanos. Não concordamos com o posicionamento dos grandes veículos de comunicação quando se reportam à juventude de forma equivocada, criminalizando-as, não as vendo como sujeitos de direitos, críticos e agentes de transformação social. Diante do exposto, exigimos o compromisso do estado na obrigatoriedade e responsabilidade, em garantir os direitos constitucionais fundamentais para todas as crianças, adolescente e jovens, assegurando-lhes condições igualitárias para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, assim como assegurar que as famílias, a comunidade e a sociedade tenham condições para assumir as suas responsabilidades na proteção de seus filhos/as. Diante de todas as manifestações acima a II Conferência Nacional de Juventude reafirma sua oposição a toda e qualquer proposta de redução da idade penal, bem como das demais propostas legislativas existentes no Congresso Nacional, de medida de repressão ou de redução de direitos juvenis.

3. Moção

Moção contra a estrutura da conferência, em especial ao traslado do hotel para o aeroporto, bem como dos hotéis para o local de realização da conferência, no 1º dia. Ainda repudiamos o fato de no show da Preta Gil haver pessoas no local destinado aos cadeirantes, e a comissão não tomou qualquer atitude, impedindo que os cadeirantes assistissem ao show.

4. Moção pela redução da Jornada de Trabalho

A II Conferência Nacional de Juventude entendeu que a luta pelo trabalho, como um dos direitos fundamentais do ser humano e central para a sua realização pessoal, é uma tarefa importante. No entanto, é preciso ter um entendimento de que essa tarefa deve servir à libertação dos homens e das mulheres (jovens ou não) e não a sua exploração e desumanização. O tempo de trabalho total também está cada vez mais intenso em função de diversas inovações técnico-organizacionais implementadas pelas empresas (como polivalência, o just in time, a concorrência entre os grupos de trabalho, as metas e a redução das pausas)

Também em muito tem contribuído para essa intensificação a implementação do banco de horas (isso porque, nas horas de pico, os trabalhadores são chamados a trabalhar de forma intensa e nas horas de baixa demanda são dispensados do trabalho) configurando a precarização do trabalho.

O ingresso no mundo de trabalho constitui-se um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta, mas devido as enormes dificuldades dos jovens em conseguir uma ocupação, principalmente em obter o primeiro emprego, do aumento da competitividade, da demanda por experiência e qualificação no mercado de trabalho, vem

expressando inseguranças, angústias e preocupações ao falar das expectativas em relação ao mundo do trabalho no presente e no futuro.

Diante dessa realidade é visível e notória a necessidade urgente da redução da jornada de trabalho, pois será um dos instrumentos para geração de novos postos de trabalho e a consequente redução das taxas de desemprego. Se os trabalhadores de hoje trabalharem um pouco menos, mais pessoas poderão ocupar postos de trabalho.

É importante destacar também que a jornada de trabalho no Brasil é uma das maiores do mundo, sendo 44 horas de trabalho. O crescimento da economia e da produtividade do trabalho; e argumentos relacionados ao tempo de vida do trabalhador, como por exemplo, o pouco tempo que sobra ao trabalhador para convívio familiar, o estudo, o lazer, o descanso e a luta coletiva, em função do grande tempo ocupado direta e indiretamente com a extensa jornada de trabalho tem interferido na desestruturação da vida das famílias brasileiras.

A II Conferência Nacional de Juventude observa que está comprovada a necessidade em desenvolver programas e ações de Estado que transformem a situação atual e diminuam a exploração dos trabalhadores/as, pois acreditamos no “TRABALHO PARA A VIDA E NÃO PARA A MORTE.”

GT3 – Educação – Ensino Técnico

1. Moção apoio ao movimento ocupe Brasília

Nós jovens reunidos na 2ª. Conferência Nacional de Juventude, desejamos a ampliação dos investimentos em educação e um dos caminhos é a garantia de 10% do PIB e 50% do Fundo Social do Pré-Sal. A garantia de 10% do PIB, como investimento mínimo para a educação no Brasil, para formar o/a jovem para o exercício da cidadania e com qualidade técnica, com o intuito de inserir o jovem no mercado de trabalho. Por isso nos solidarizamos com os estudantes organizados pela UBES, UNE que estão acampados na esplanada dos ministérios em vigília e luta pela aprovação do Estatuto da Juventude e de um Plano Nacional de Educação a serviço do desenvolvimento nacional. Reafirmando, assim, a luta histórica da Juventude pela educação Pública, gratuita e de qualidade.

GT4 – Trabalho Decente

1. Moção de repúdio a forma de trabalho dos funcionários contratados para a II Conferência Nacional de Juventude.

Não podemos discutir trabalho decente sem repudiar a total exploração dos trabalhadores terceirizados que prestam serviço à II Conferência Nacional de Juventude. As condições de trabalho são precárias, os contratados ganham R\$ 70,00 por dia, sem direito a cumprir a hora de intervalo completa, e ainda por cima têm que tirar do seu bolso o pagamento do seu

transporte. Alguns não estão, inclusive, recebendo alimentação. A terceirização impossibilita o acesso a direitos garantidos pela CLT por isso nos posicionamos contra esta forma de exploração.

GT5 Cultura

1. Moção

Nós, governos reunidos no grupo 5 do eixo 1 na II Conferência Nacional de Juventude na área de políticas públicas de juventude de debate na área da cultura, defendemos através desta implementação de pontos de cultura nas instituições do sistema prisional. Temos em vista que grande parcela da população carcerária é jovem. Esses jovens não podem se eximir do Direito a cultura. Há de ser valorizados também o papel fundamental da cultura em todas as suas formas para a reinserção de apenados.

1.2. Moção

Nós, jovens reunidos no grupo 5 do eixo 1 na segunda Conferência Nacional de Juventude, dentro do debate de políticas públicas de juventude na área da cultura, defendemos através desta a implementação de pontos de cultura nas instituições do sistema prisional.

Temos em vista que grande parcela da população carcerária é jovem. Esses jovens não podem ser excluídos do direito a cultura.

Há de se valorizar também o papel fundamental da cultura em todas as suas formas para a reinserção de apenados.

1. Moção apoio ao movimento ocupe Brasília

O grupo de trabalho de juventude e cultura entende a relação cultura com a educação como estratégica para o desenvolvimento nacional. Neste contexto, apoiamos o movimento #OcupeBrasília, estudantes que estão acampado desde 06/12/11 na esplanada dos ministérios em busca da aprovação do estatuto da juventude, 10% do PIB para educação e 50% do fundo social do pré-sal para educação. Esta aprovação é a oportunidade de concretização das nossas demandas, a medida que este investimento valoriza objetivamente a cultura através de políticas públicas orçamentárias.

2. Moção de apoio às pautas da cultura

Os delegados e delegadas presentes à 2ª conferência nacional de juventude, realizada de 09 a 12 de dezembro de 2011 em Brasília (DF), manifestam seu apoio irrestrito à aprovação das

pautas de interesse da cultura brasileira que hoje tramitam no congresso nacional, considerando o caráter estratégico da cultura para o desenvolvimento do país, para ampliação dos direitos da juventude, e compreendendo a necessidade de criação de marcos regulatórios permanentes visando a consolidação de uma política de estado para a cultura no Brasil.

Neste sentido, a II Conferencia Nacional de Juventude recomenda ao Congresso Nacional a aprovação dos seguintes projetos de Lei hoje em tramitação:

PEC 150/2003, do deputado Paulo Rocha e outros – que acrescenta o art. 216- A à Constituição Federal, para destinação de recursos à cultura.

SITUAÇÃO: Apensada à PEC 324/2001, do deputado Inaldo Leitão e outros. Câmara dos Deputados - Pronta para a pauta de Plenário.

PEC 416/2005, do deputado Paulo Pimenta e outros – Acrescenta o art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura.

PEC 236/2008 – Inclui a Cultura como Direito Social do cidadão. Altera a Constituição de 1988.

PL 5798/2009, do Poder Executivo: Institui o Programa de Cultura do Trabalhador, cria o Vale-Cultura e dá outras providências.

PL 757/2011, da Dep. Jandira Feghali– Institui a Política Nacional Cultura Viva – Cultura, Educação e Cidadania, estabelece normas para seu funcionamento, e dá outras providências.

PL 6722/2010, do Poder Executivo, que Institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura – Procultura, e dá outras providências

PLC 59/2001, da deputada Jandira Feghali – Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV.

PEC 98/2007 - Acrescenta a alínea "e" ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os Fonogramas e Videofonogramas musicais produzidos no Brasil, contendo obras musicais ou lítero-musicais de autores brasileiros, e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

PL 1786/2011 - Institui a Política Nacional Griô, para proteção e fomento à transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral.

PLC 116/2010 – do deputado Paulo Bornhausen - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

SITUAÇÃO: Encaminhando à sanção presidencial em 22/08/11

GT6 – Comunicação

1. Moção de repúdio contra o fim da classificação indicativa na TV.

O Estado deve proteger nossas crianças, adolescentes e jovens!

No dia 30 de novembro, o Supremo Tribunal Federal iniciou o julgamento de um caso da maior relevância para a garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens: a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.404, que contesta medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente para emissoras que desrespeitem o horário de exibição adequada para determinados programas de TV, de acordo com sua classificação etária indicativa.

A Classificação Indicativa é um importante instrumento para assegurar aos pais e responsáveis meios de garantir o desenvolvimento de seus filhos. Ao relacionar uma determinada faixa etária para a qual o programa é indicado ao horário em que ele pode ser exibido na TV aberta, a política garante que conteúdos que contenham cenas de sexo, drogas e violência não sejam veiculados durante o dia, quando a imensa maioria das crianças e adolescentes está diante da TV, muitas vezes sem acompanhamento da família. A Classificação Indicativa é, assim, uma forma de materializar a proteção integral às crianças, prevista na Constituição Federal como um dever das famílias, da sociedade e também do Estado.

A ideia em que se baseia a ADIN 2.404 é a de que a vinculação horária à Classificação Indicativa censura a liberdade de expressão. Absurdamente, o Supremo Tribunal Federal está prestes a acatar esta falsa ideia. O relator e mais três ministros do STF já se manifestaram contrários à classificação, reproduzindo teses superficiais de que há conteúdos impedidos de ir ao ar; de que a mídia não interfere negativamente na formação de crianças e adolescentes; e de que não cabe ao Estado "tutelar" os cidadãos. Os argumentos não poderiam ser mais equivocados.

A Classificação Indicativa não impede a exibição de nenhum conteúdo. Ela somente determina sua exibição em faixa horária diferenciada. A influência da mídia na formação de valores, ideias e padrões de comportamento é enorme, inclusive para adultos, quanto mais para seres humanos em processo de formação. Pesquisas desenvolvidas não apenas no Brasil apontam relações diretas entre a exposição a certos conteúdos e prejuízos ao saudável desenvolvimento infanto-juvenil. Por fim, como dito, não se trata de tutela a cidadãos adultos, mas do dever do Estado, ao lado das famílias, de proteger as pessoas com até 18 anos de idade, ou seja, as crianças, adolescentes e jovens.

Entender a classificação indicativa como censura é, portanto, uma clara distorção do debate, que só atende aos interesses comerciais de empresas que, em busca de audiência, querem se desobrigar de quaisquer regras, mesmo sendo concessionárias de um serviço público.

Quase a totalidade dos países conta com formas de vinculação horária de conteúdos para a proteção de crianças e adolescentes, inclusive democracias amplamente consolidadas como

Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha, Portugal. Outros países da Europa têm medidas ainda mais restritas.

A política pública da Classificação Indicativa foi construída democraticamente ao longo de mais de 20 anos, inclusive com a participação das empresas de comunicação. Declará-la inconstitucional representará um brutal retrocesso na legislação nacional considerada a mais avançada do mundo em termos de proteção dos direitos de crianças e adolescentes - o ECA. Portanto, nós delegadas e delegados presentes na 2ª Conferência Nacional de Juventude, repudiamos a posição manifestada por quatro ministros do STF e esperamos que este quadro possa ser revertido, para que nossa Corte Suprema não coloque em enorme risco o desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens brasileiros.

2. Moção de repúdio ao projeto de lei do Senador Eduardo Azeredo, AI-5 Digital e pela aprovação do novo marco civil da internet

O projeto de Lei 84/1999, conhecido como AI-5 Digital, do então senador Eduardo Azeredo (PSDB) prevê a punição preventiva em detrimento da liberdade de navegação para todos os tipos de troca de informação na internet, promovendo a identificação e investigação dos usuários que trafegam dados pela rede – proíbe a utilização de redes wi-fi abertas e redes P2P. Com o pretexto para reduzir crimes virtuais, o PL 84/1999 visa criar uma forma de vigilantismo para criminalizar a maioria dos usuários da internet.

Por este motivo, os delegados e delegadas da 2ª Conferência Nacional de Juventude se posicionam contra o PL 84/1999 e afirmam seu apoio ao novo marco civil da internet, PL 2126/2011, projeto construído com ampla participação social, visando afirmar e regular princípios, direitos e deveres dos usuários de internet, privilegiando a liberdade de navegação e o sigilo de dados pessoais, acessíveis apenas por sentença judicial. Reconhecemos o marco civil da internet como um modelo de garantia das liberdades de troca de informação e conhecimento, possibilitadas pela internet e indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social da juventude.

3. Moção de repúdio

É histórica a trajetória direitista, burguesa, imperialista da Rede Globo de Comunicação comprometida quase que completamente com os interesses mais obscuros dos grupos econômicos. Este comprometimento conduz ações que tentam conduzir a mídia no sentido de pautar o governo através de matérias além de totalmente parciais e levianas. Por isso repudiamos a Globo e todas as grandes emissoras e órgãos de mídia pela tentativa de manipulação do povo brasileiro e pela negação à defesa, em muitos casos, de acusações contra setores do governo.

Eixo 2

GT 7 – Cidade

1. Moção de Apoio a UBES

Moção de apoio aos estudantes do monumento ocupe Brasília que passaram vários dias no congresso da UBES e seguiram direto de São Paulo para Brasília para nessa semana pressionar os órgãos públicos, o senado , a câmara, e o executivo em prol de mais política para a juventude.

2. Moção de Repúdio Contra a Exclusão Arbitrárias de Propostas Selecionadas no Processo Conferencial

Repudiamos a violação do processo democrático conferencial pela exclusão arbitrária de propostas constituídas e eleitas nos processos conferências livres, municipais e estaduais do caderno de propostas da Conferência Nacional, sob a responsabilidade da Uni-Rio, o que restringiu as possibilidades de avaliação coletiva do conjunto das proposições e alterações do texto-base, e invalidou de forma desrespeitosa o trabalho constituinte de milhares de jovens.

3. Moção pela redução da Jornada de Trabalho

A II Conferencia Nacional de Juventude entendeu que a luta pelo trabalho, como um dos direitos fundamentais do ser humano e central para a sua realização pessoal, é uma tarefa importante. No entanto, é preciso ter um o entendimento de que essa tarefa deve servir à libertação dos homens e das mulheres (jovens ou não) e não a sua exploração e desumanização. O tempo de trabalho total também esta cada vez mais intenso em função de diversas inovações técnico-organizacionais implementadas pelas empresas (como polivalência, o just in time, a concorrência entre os grupos de trabalho, as metas e a redução das pausas)

Também em muito tem contribuído para essa intensificação a implementação do banco de horas (isso porque, nas horas de pico, os trabalhadores são chamados a trabalhar de forma intensa e nas horas de baixa demanda são dispensados do trabalho) configurando a precarização do trabalho.

O ingresso no mundo de trabalho constitui-se um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta, mas devido as enormes dificuldades dos jovens em conseguir uma ocupação, principalmente em obter o primeiro emprego, do aumento da competitividade, da demanda por experiência e qualificação no mercado de trabalho, vem expressando inseguranças, angustias e preocupações ao falar das expectativas em relação ao mundo do trabalho no presente e no futuro.

Diante dessa realidade é visível e notória a necessidade urgente da redução da jornada de trabalho, pois será um dos instrumentos para geração de novos postos de trabalho e a consequente redução das taxas de desemprego. Se os trabalhadores de hoje trabalharem um pouco menos, mais pessoas poderão ocupar postos de trabalho.

É importante destacar também que a jornada de trabalho no Brasil é uma das maiores do mundo, sendo 44 horas de trabalho. O crescimento da economia e da produtividade do trabalho; e argumentos relacionados ao tempo de vida do trabalhador, como por exemplo, o pouco tempo que sobra ao trabalhador para convívio familiar, o estudo, o lazer, o descanso e a luta coletiva, em função do grande tempo ocupado direta e indiretamente com a extensa jornada de trabalho tem interferido na desestruturação da vida das famílias brasileiras.

A II Conferência Nacional de Juventude observa que está comprovada a necessidade em desenvolver programas e ações de Estado que transformem a situação atual e diminuam a exploração dos trabalhadores/as, pois acreditamos no “TRABALHO PARA A VIDA E NÃO PARA A MORTE.”

4. Moção contra a redução da maioridade penal

As PASTORAIS DE JUVENTUDE DO BRASIL (PJ, PJE, PJMP, PJR) que ao longo das últimas décadas vem pautando políticas públicas na defesa da vida dos jovens, expressam-se contrárias ao rebaixamento da idade penal de 18 para 16 ou 14 anos, bem como, toda e qualquer proposta de medidas de repressão para com a juventude. Sabemos que a cultura de paz não virá magicamente com essas medidas.

Acreditamos que sendo cumprido o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA não seria necessário subterfúgios para justificar a redução da maioridade penal. Compreendemos que crianças, adolescentes e jovens, vistos como cidadãos de direitos, respeitados, dificilmente serão violadores/as dos Direitos Humanos.

Não concordamos com o posicionamento dos grandes veículos de comunicação quando se reportam a juventude de forma equivocada criminalizando-as, não as vendo como sujeitos de direitos, críticos e agentes de transformação social.

Diante do exposto, exigimos o compromisso do Estado na obrigatoriedade e responsabilidade, em garantir os direitos constitucionais fundamentais para todas as crianças, adolescentes e jovens, assegurando-lhes condições igualitárias para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, assim como assegurar que as famílias a comunidade e a sociedade tenham condições para assumir as suas responsabilidades na proteção de seus filhos/as.

Diante de todas as manifestações acima as PASTORAIS DE JUVENTUDE DO BRASIL reafirmam suas oposição a toda e qualquer proposta de redução da idade penal, bem como das demais propostas legislativas existentes no Congresso Nacional, de medida de repressão ou de redução de direitos juvenis.

GT8 – Campo

1. Moção

Campanha fechar escolas é crime!

Mais de 24 mil escolas do campo foram fechadas nos últimos oito anos. A Educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal (Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo III, seção I) – direito de todos e dever do Estado. Entretanto, nos últimos anos, milhares de crianças e adolescentes, filhos e filhas de camponeses, estão sendo privados deste direito.

Os dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação, apontam que, no meio rural, existiam 107.432 escolas em 2002. Já em 2009, o número de estabelecimentos de ensino reduziu para 83.036.

Para essas famílias camponesas, o anúncio do fechamento de uma escola na sua comunidade ou nas redondezas significa relegar seus filhos ao transporte escolar precarizado, às longas viagens diárias de ida e volta, saindo de madrugada e chegando no meio da tarde; à perda da convivência familiar, ao abandono da cultura do trabalho do campo e a tantos outros problemas.

O resultado comum desse processo é o abandono da escola, por grande parte daqueles levados do campo para estudar na cidade. É por essa razão que os níveis de escolaridade persistem muito baixos no campo brasileiro, em que pese tenha-se investido esforços e recursos para a universalização da educação básica.

Portanto, fechar uma escola do campo significa privar milhares de jovens de seu direito à escolarização, à formação como cidadãos e ao ensino que contemple e se dê em sua realidade e como parte de sua cultura. Num país de milhares de analfabetos, impedir por motivos econômicos ou administrativos o acesso dos jovens à escola é, sim, um crime!

A situação seria ainda mais grave não fosse a luta dos movimentos sociais do campo, por políticas de ampliação, recuperação, investimentos, formação de educadores e construção de escolas no campo. Importantes para reduzir a marcha do descaso dos gestores públicos para com os sujeitos do campo, mas insuficiente para garantir a universalização do acesso à educação no campo.

Denunciamos essa trágica realidade e conclamamos aos gestores públicos municipais, estaduais e federais que suspendam essa política excludente, revertendo o fechamento de escolas e ampliando o acesso à educação do campo e no campo. Conclamamos também a sociedade brasileira para que se manifeste em defesa do direito humano à educação, em defesa dos direitos das crianças, adolescentes e jovens do campo frequentarem a educação básica, no campo.

Defender as escolas do campo é uma obrigação, fechar escolas é um crime contra as futuras gerações e a própria sociedade!

2. Moção contra o uso dos agrotóxicos e pela vida

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, sendo que grande parte desses produtos já foram banidos por outros países. A liberação comercial desses agrotóxicos implica em contaminação dos ecossistemas, das matrizes hídricas, e atmosférica, produzindo sérios problemas para a saúde no campo e nas cidades. Entidades nacionais como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional vem alertando a Presidência da República sobre essa questão. É urgente e necessário um maior controle, por parte do Estado Brasileiro, no registro de agrotóxicos e ao mesmo tempo dos produtos que não são permitidos no país. Estudos do campo da Saúde Coletiva evidenciam que o nível e a extensão do uso dos agrotóxicos no Brasil estão comprometendo a qualidade dos alimentos e da água para o consumo humano. Neste contexto é importante destacar que o direito a alimentação e nutrição adequada, de acordo com a emenda constitucional 64/2010, está sendo violado. As práticas de pulverização aérea desses biocidas contaminam grandes extensões para além das áreas de aplicação, impactando toda a biodiversidade do entorno, incluindo as águas de chuva.

Um caso recente e emblemático, sobre o papel da saúde coletiva para evidenciar esses impactos, foi o estudo sobre contaminação de leite materno com agrotóxicos no Mato Grosso. Os pesquisadores Wanderlei Pignati e Danielly Cristina Palma, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Mato Grosso, conduziram uma importante pesquisa, com impacto na mídia nacional. Infelizmente, esses sanitaristas vêm sofrendo pressões de toda a ordem em função da gravidade de seus achados. Ainda existe tentativas de fortalecimento de exemplos como esse: como o projeto do perímetro irrigado da chapada do Apodi no estado do Rio Grande do Norte coordenado pelo Departamento Nacional de Obras de Combate a Seca (DENOCS) que tenta destruir os agroecossistemas locais presentes na chapada do Apodi expulsando famílias camponesas residentes a dezenas de anos.

A bancada ruralista e as corporações transnacionais, responsáveis pelo agronegócio e pela indução e ampliação do pacote tecnológico agrotóxicos-transgênicos-fertilizantes também fazem pressão constante sobre os órgãos reguladores no sentido de flexibilizar a legislação. Finalmente, o GT de Juventude do Campo reunido na II conferência Nacional de Políticas Públicas para a juventude reunido no dia 10/12/2011 em Brasília - DF, viemos por meio desta moção, alertar a população e as autoridades públicas responsáveis para a necessidade de medidas emergenciais:

Proibir a pulverização aérea de agrotóxicos, tendo em vista a grande e acelerada expansão desta forma de aplicação de venenos, especialmente em áreas de monocultivos, expondo territórios e populações cada vez maiores à contaminação com produtos tóxicos. Estas operações, de questionável e improvável controle da deriva acidental e técnica, vêm sendo

realizadas a partir de legislação frágil e precariamente fiscalizada, que fere o direito constitucional ao meio ambiente sadio, e têm resultado em graves impactos sobre a saúde humana e dos ecossistemas em geral, inclusive na produção de chuva contaminada com agrotóxicos e na contaminação de aquíferos.

Suspender as isenções de ICMS, PIS/PASEP, COFINS e IPI concedidas aos agrotóxicos (respectivamente, através do Convênio no 100/97, Decreto no 5.195/2004 Decreto 6.006/2006), tendo em vista seu caráter de estímulo ao consumo de produtos concebidos para serem tóxicos biocidas, que se reflete certamente na colocação do Brasil como maior consumidor mundial de agrotóxicos nos últimos 3 anos; e a externalização para a sociedade dos custos impostos pelas medidas de assistência e reparação de danos, além da recuperação de compartimentos ambientais degradados e contaminados. Elaborar e implementar um conjunto de Políticas Públicas que viabilizem a superação do sistema do agronegócio e a transição para o sistema da Agroecologia, inclusive no que diz respeito ao financiamento, revertendo e resgatando a enorme dívida social e ambiental induzida por políticas que, desde os anos 1970, impõem o financiamento e a compra de agrotóxicos. Tais políticas devem ser construídas em contexto participativo, a partir dos saberes acumulados nas diversificadas experiências em curso da agricultura familiar camponesa no Brasil e seus atores.

GT9 - Transporte

1. Moção de Apoio ao Ocupe Esplanada

Queremos apoiar o “Ocupe Esplanada” organizado pela UBES, UNE e ANPG que estão acampados com cerca de 300 estudantes de 24 estados na Esplanada dos Ministérios desde o dia 06 de Dezembro pela aprovação do Estatuto da Juventude, 10% do PIB e 50% do Fundo Social do Pré Sal para Educação. Acreditamos que essas atividades fortalecem a nossa luta em defesa do desenvolvimento do nosso Brasil.

2. Moção de Repúdio aos acontecimentos com a Delegação do Rio de Janeiro

A Delegação do Rio de Janeiro lamenta a falta de organização e os problemas ocorridos com o receptivo e transporte dos nossos delegados, do aeroporto ao hotel e da conferência ao hotel. Os delegados tiveram a participação prejudicada, tendo o transtorno de se locomover andando ou pagando um taxi. Nas vezes que tentamos nós locomover nos ônibus de outros estados fomos expulsos e mal tratados. Pedimos a organização do evento que isso não venha se repetir nas próximas conferências.

3. Moção de pesar pelo falecimento da jovem Alaíde Pereira de Oliveira

Nós, conferencistas da 2ª. Conferência Nacional de Juventude vimos pelo presente manifestar **MOÇÃO DE PESAR** pelo falecimento da jovem **ALAÍDE PEREIRA DE OLIVEIRA**, ocorrido no ultimo dia 24 de novembro de 2011. A morte dela foi decorrente do acidente com o ônibus que transportava jovens da 2ª. Conferência Estadual de Juventude da Bahia, em Salvador e, que capotou na BA-110, na madrugada do dia 31 de outubro de 2011, no trecho entre os municípios de Antas e Ribeira do Pombal – BA.

No ônibus constavam 32 pessoas, a maioria teve escoriações, mais ambos foram medicados nos hospitais da região e tiveram altas. O caso mais emblemático foi da jovem, Alaíde Pereira, e que perdera a vida.

Assim como nós participantes desta 2ª. Conferência Nacional de Juventude, milhares de jovens do Brasil inteiro, se mobilizaram em seus Municípios, seus Territórios e seus Estados para que esse momento pudesse acontecer. A jovem Alaíde Pereira foi uma grande baluarte, nesse processo de realização das conferências, a qual mobilizaram milhares de jovens espalhado por esse imenso Brasil.

Sem dúvidas o sucesso da Conferência de Juventude da Bahia, que mobilizou mais de 60 mil jovens em quase 300 conferências municipais, territoriais e livres se deve a contribuição de jovens como Alaíde, que acreditam na possibilidade de mudança, que acreditam na força da nossa juventude pela construção de um país novo, democrático e capaz de incluir a nossa juventude na agenda do desenvolvimento.

Alaíde não esta mais entre nós fisicamente, mais permanece viva nos olhos brilhantes, nos gritos de guerra, na esperança viva que existe dentro dos corações de cada jovem brasileiro, que da sua forma acredita e luta por um Brasil mais justo.

GT10 – Meio Ambiente

1. Moção de repudio a lei kandir

A exploração dos recursos naturais no Brasil baseada na política dos grandes projetos, como na Amazônia, sempre fortaleceu grande empresas, antes estatais, e hoje empresas privadas que exportam nossas riquezas sem investir no povo brasileiro. Essas empresas desrespeitam as comunidades tradicionais e povos originários que habitam em suas terras de exploração.

Como a criação da lei Kandir (Lei complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996), que isenta hoje empresas exploradora do ICMS, o que reduz o potencial de investimento dos estados onde são desenvolvidas atividades de mineração o que reduziu o potencial de investimento desses estados, em educação, saúde, moradia e etc.

A juventude brasileira não aceita o favorecimento das empresas exploradoras através da lei Kandir em detrimento da qualidade de vida de nosso povo. A juventude quer seus estados fortes com capacidade e qualidade de investimento em nosso povo, bem como entendemos

que o poder legislativo tem obrigação de combater leis que isentem as grandes empresas de pagar seus impostos, a população brasileira.

2. Carta das Juventudes da II Conferência Nacional de Juventude Rumo à Rio+20

Nós jovens, reunidos na II Conferência Nacional de Juventude em Brasília, acreditamos que a II Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 é um importante momento para fortalecer os movimentos de juventude, sensibilizando e mobilizando a sociedade brasileira com vistas a contribuir para a construção de uma nova política, que considere as atuais e futuras gerações, com base em propostas de outros modelos de sociedades sustentáveis, plurais, justas e solidárias e ainda para avaliar os avanços e retrocessos dos acordos da I Conferência das nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (ECO 92).

Queremos o comprometimento e acompanhamento das diversas juventudes desse país em todo o processo de construção da Rio+20 na perspectiva de subsidiar pressionar os governos e todos aqueles que possuem poder de decisão para que tomem medidas responsáveis e efetivas para o enfrentamento da grave crise ambiental planetária em todas as suas dimensões: social, cultural, econômica, ética e política.

Reconhecemos que as responsabilidades são proporcionais ao conhecimento e poder dos diferentes atores envolvidos e exigimos o comprometimento para que esse processo não seja mais um evento sem efetivação das deliberações que fazem parte dos direitos de todos nós e nossas futuras gerações.

Queremos que as juventudes brasileiras se responsabilizem pelo processo de mobilização e articulação dos jovens antes, durante e após a Rio+20 para:

Renovar o histórico de mobilizações e de lideranças comprometidas com a causa ambiental;

Reivindicar a institucionalização da Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente incluindo a participação das juventudes no processo decisório;

Estimular e fortalecer a responsabilidade e o diálogo intergeracional;

Incidir na agenda global;

Promover e difundir o histórico da Eco-92;

Sensibilizar e estimular os movimentos de juventudes para o processo da Rio+20, incluindo a construção do Fórum Social Mundial Temático que será realizado em janeiro de 2012 em Porto Alegre - RS que irá;

Centrados na justiça e na inclusão, propomos uma renovação da democracia e novas formas de interação entre o local e o global para que os e as jovens, individual e coletivamente, não se sintam impotentes frente aos problemas socioambientais, para isso convidamos os

movimentos de juventude a enfrentar conosco os desafios deste processo da Rio+20 para que ele se torne uma grande virada na construção de sociedades sustentáveis.

“Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face a vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação dos esforços pela justiça e pela paz e alegre celebração da vida”.

Carta da Terra

3. Moção de Repúdio às obras de instalação da Usina de Belo Monte

Nós jovens presentes aqui na II Conferência Nacional de Juventude que acontece entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2011 em Brasília, viemos por meio desta moção registrar nosso repúdio a falta de um forte controle social, o respeito aos direitos dos indígenas e dos povos tradicionais e a visão de desenvolvimento proposta para a região de Belo Monte no Estado do Pará.

Reconhecemos que a matriz energética vigente no país é dependente de energias provenientes dos recursos hídricos devido a capacidade natural do território. Temos ciência de que os avanços e inovações tecnológicas, bem como a eficiência econômica, na área de conservação ambiental nos permitem o uso de matrizes energéticas alternativas como a energia eólica, solar, biomassa, entre outras. Além disso, acreditamos que a construção de grandes empreendimentos como citamos nessa moção, deve necessariamente passar por aprovações da sociedade civil, legitimando o controle social sobre os processos de licitação e licenciamento e avaliação de impactos ambientais.

Temos observado na mídia diversas manifestações contra e a favor deste empreendimento. Entendemos como legítimas as reivindicações dos povos tradicionais afetados direta ou indiretamente em seu estilo de vida e cultura pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Entendemos também que o projeto nacional de produção energética deve seguir a lógica do desenvolvimento sócio-ambiental. Sabemos que um desenvolvimento pautado em valores neoliberais e de mercado em hipótese alguma poderá ser sustentável. Estamos cientes de que os valores entorno dos passivos ambientais deste projeto serão cobrados à população brasileira, através dos valores relativos aos impactos sociais nas comunidades locais, urbanas e rurais, bem como nas populações tradicionais da região a ser afetada.

Acreditamos que a ampliação de alternativas na matriz energética para o país é possível, uma matriz que respeite o meio ambiente, garantindo um processo sócio-includente para um desenvolvimento econômico, social cultural e ecológico.

4. Moção a favor do veto a parte do Projeto de Lei do Novo Código Florestal

Nós, juventudes reunidas no 2ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em Brasília nos dias 9, 10, 11 e 12 de dezembro de 2011, viemos, por meio desta moção, manifestar nosso descontentamento e insatisfação com o Projeto de Lei do Código Florestal que está tramitando no Congresso, recém-aprovado no Senado, e voltando para aprovação na Câmara dos Deputados.

A maneira como a votação do Código se processou, a celeridade com que este processo ocorreu e o resultado do projeto aprovado no Senado demonstram que vigoraram e predominaram interesses do agronegócio, adepto de um modo de produção insustentável, baseado na visão de lucro rápido e que opõe as atividades produtivas contra a preservação da natureza, do meio ambiente e das florestas.

Os demais setores da sociedade, dentre eles a sociedade civil organizada, movimentos socioambientalistas, a comunidade científica, movimentos sindicais, organizações religiosas, movimentos camponeses e da agricultura familiar, que se posicionaram contrários às alterações realizadas no Código Florestal e solicitaram mais tempo para que este debate fosse realizado, tiveram seus posicionamentos, em sua maioria, ignorados e rejeitados pelo Parlamento.

Desta maneira, estes setores da sociedade e as juventudes presentes na 2ª Conferência Nacional de Juventude consideram que a versão aprovada no Senado, apesar de conter dispositivos que melhoraram o projeto com relação àquele aprovado na Câmara dos Deputados, mantém pontos que promovem enorme retrocesso à legislação ambiental brasileira, exatamente por atender somente aos interesses do agronegócio e desconsiderar, em grande medida, as sugestões e considerações dos demais setores da sociedade.

Por isto, nós, juventudes presentes na 2ª Conferência Nacional de Juventude, a fim de evitar maiores retrocessos à legislação ambiental brasileira, visando a que seja aprovado um Código Florestal que promova efetivamente a sustentabilidade, que concilie as atividades econômicas e produtivas do país com a preservação do Meio Ambiente e das Florestas, consideramos necessário que a Presidenta Dilma veto parte do Código Florestal aprovado.

As ações que julgamos necessária que sejam tomadas pela Presidenta Dilma, portanto, são: - o veto à legalização dos desmatamentos ilegais realizados até 2008 e à anistia aos desmatadores; veto ao dispositivo que prevê a redução das APP's – Áreas de Preservação Permanente em matas ciliares; veto à permissão de que propriedades de até 4 módulos fiscais possam ser desobrigadas de manterem reserva legal em suas propriedades; veto ao dispositivo que torna os manguezais áreas de interesse público para a realização de atividades de carcinocultura.

GT11 – Comunidades e povos tradicionais

1. Moção de Apoio Povos e Comunidades Tradicionais

Nós, Povos e Comunidades Tradicionais delegados da II Conferência Nacional de Juventude, reunidos em Brasília de 9 a 12 de dezembro de 2011, integrantes da II Consulta a Povos e Comunidades Tradicionais, que ocorreu no Palácio do Planalto em Brasília nos dias 7 e 8 de novembro de 2011, expressamos nosso apoio aos segmentos ainda não reconhecidos como Povos e Comunidades Tradicionais, que buscam ainda reconhecimento, tais como mestiços, caboclos, maracatuzeiros (nação e rural), catadoras de mangaba e demais segmentos presentes no território nacional. Viemos por meio desta moção, manifestar o nosso apoio ao desenvolvimento e implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, através das propostas sistematizadas no “Documento Base” – Eixo 2: território, GT 11 : Povos e Comunidades Tradicionais, que são:

2.5.41 Fortalecimento do projeto de Lei nº 7447, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos Povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

2.5.43 Criar o Conselho Nacional de Comunidades e Povos Tradicionais para que possa deliberar políticas públicas, garantindo a efetiva participação de jovens de Comunidades e Povos Tradicionais.

E ainda propor a:

Criação e efetivação de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, fortalecendo os espaços de feiras e economias solidárias, como forma de geração de renda, e assim possibilitando a permanência da juventude no campo com qualidade de vida e sustentabilidade

2. Moção de Repúdio (Kitanji)

Nós, povos e comunidades tradicionais, presentes na II Conferência Nacional de Juventude, em Brasília de 9 a 12 de dezembro de 2011, repudiamos a criação de qualquer marco legal que impeça a livre expressão religiosa através das praticas tradicionais de qualquer povo ou comunidade. Como por exemplo: os projetos de Lei que tramitam em esfera Nacional, Estadual e Municipal, que proíbem o sacrifício de animais, a partir de orientação tradicional e religiosa, em ritual religioso. Projetos como esse, refletem a situação de intolerância e guerra santa que o Brasil se encontra, a juventude presente na 2ª Conferência Nacional de Juventude repudia essa ação.

3. Moção da Juventude indígena do Brasil, nossa realidade e nossos anseios

Nós jovens indígenas do Brasil, presentes na II Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, queremos levar pela primeira vez na história do Brasil, a nossa voz, nossa realidade e nossos anseios.

A juventude indígena é um instrumento para colaborar nas organizações, comunidades, aldeias, no grande círculo de discussões e decisões do movimento indígena e na sociedade brasileira, pois com sua tradição de paz e harmonia, tem muito a colaborar na superação de juventude como fragmentadores da sociedade.

A força cultural dos jovens indígena persiste em autênticos rituais cotidianos, nos quais celebram a vida e a morte e mantêm uma relação ética com a natureza. Estas são suas formas de se expressar e resistir culturalmente, ancorando-se na dimensão do sagrado. É assim que indígenas têm mantido sua história e sua cultura.

Trata-se de modos diversos de falar, andar, comer, celebrar, onde estão inscritas as marcas civilizatórias desses povos. Daí a importância de jovens, independente da raça, etnia ou cor da pele, serem estimuladas a reconhecer e valorizar expressões culturais presentes em quilombos, terreiros, fundo de pasto, faxinalenses, aldeias, bairros populares, assentamentos e outros territórios, orgulhando-se da diversidade que caracteriza a cultura brasileira.

As culturas indígenas possuem uma grande diversidade, mas, de modo geral, é possível identificar algumas características bastante semelhantes. Trata-se de povos que incluem crianças, jovens, adultos/as, idosos/as, preservam a vida natural e social, se vinculam à ancestralidade, se organizam por meio da participação coletiva, se juntam em torno de objetivos comuns... Mas, os modos como vivenciam essas experiências variam bastante.

Trata-se de sociedades ritualísticas, onde o ensinar/aprender está muito presente. Historicamente, essas sociedades foram atingidas por diversas formas de aniquilamento físico e cultural, ameaças de dissolução e deformação. Por isso, é tão importante trazer à tona suas histórias e culturas, nem sempre valorizadas e reconhecidas como deveriam.

A ancestralidade, respeito aos que existiram e aos que virão, consiste numa relação equilibrada entre o passado, o presente e o futuro, remetendo para a valorização dos que nos antecederam, suas lutas, suas histórias e o papel das gerações contemporâneas na continuidade de seus feitos, transmitindo a um tempo futuro aquilo que fizeram e tiveram de melhor.

O acúmulo histórico que a juventude indígena possui, desde as primeiras lutas, apontam nitidamente a visão do jovem indígena como sujeito político, com qualificação em intervenção no movimento e na sociedade que deve ser dotado de autonomia.

Devemos reiterar que a juventude indígena não está orientada para simplesmente preparar e organizar jovens para conquistar espaços, mas para socializar suas faculdades e garantir a mais ampla democracia no Brasil.

A identificação de centenas de jovens com a construção de uma utopia de igualdade e justiça se materializou e materializa em suas ações. Contudo, uma constatação deve ser feita: a organização e o diálogo com a juventude indígena, juventude de povos e comunidades tradicionais ainda não é uma prioridade política para Estado Brasileiro.

Como jovens ainda sofremos com invasões e implantação de grandes empreendimentos em nossas terras que afetam direta e indiretamente nossas vidas.

Investir maciçamente na juventude indígena, juventude de povos e comunidades tradicionais, além de ter enorme impacto político e social, possui também um significado organizativo: combater o envelhecimento e garantir a renovação de gerações.

Planejar estes momentos e conduzi-los a partir dos objetivos estratégicos nos trará a tranquilidade e a certeza de que o projeto indígena não se esgotará junto com uma geração. Para acabar com séculos de exploração serão necessários outros tantos de luta pela superação da opressão entre seres humanos e só uma consistente transição entre gerações poderá levar adiante a construção e realização dos nossos sonhos.

Para constituir um processo que potencialize um maior e melhor enraizamento da juventude indígena, é preciso ir para além desta conferência. Devemos garantir a continuidade dos séculos de lutas pela demarcação das terras indígenas, na defesa das florestas, do meio ambiente, recursos naturais, e pela participação efetiva e ampla da juventude indígena nas decisões políticas que envolvem a juventude.

A juventude indígena quer conquistar seus direitos, e acima de tudo quer, e vai contribuir com o desenvolvimento do Brasil. Somos protagonistas das principais lutas no Brasil, como do meio ambiente, na defesa das florestas em pé, a luta pela defesa das águas e das questões que afetam o clima, além de tantas outras lutas.

Uma juventude que se propõe a transformar a sociedade deve ter capacidade de compreender a realidade em que vivemos e ter condições de formular e construir alternativas políticas, como todos os povos e comunidades tradicionais presentes nesta conferência. A juventude indígena, comunidades e povos tradicionais continuam a escrever a sua história.

Povos indígenas do Brasil:

Dessana - AM;

Tabajara- PB,

Baré – AM

Tupinikim – ES

Atikum – PE

Potiguara – PB

Xavante – MT

Kapinawá – PE

Wapichana – RR

Satere Mauwe – AM

Tuxá – BA

Machineri – AC

Pataxó – BA

Tupinambá – BA

Tariana – AM

Kaigangue – PR

Terena – MS

5. Moção da Juventude quilombola na construção de políticas públicas e efetivação de direitos.

A Juventude quilombola presente na II Conferência Nacional de Juventude, realizada de 9 a 12 de Dezembro de 2011, em Brasília, unidas pela força da identidade étnica afro-brasileira vem através do Eixo de Povos e Comunidades Tradicionais, propor esta moção de reivindicação a titulação e reconhecimento imediato dos territórios Quilombolas, bem como destacar a importância da construção de Políticas Públicas específicas para a Juventude pertencente a estas, que são historicamente comunidades detentoras de conhecimentos e saberes tradicionais de herança de toda a população afro brasileira.

Enquanto juventude quilombola, em sua maioria, proveniente do meio rural, em seu embate cotidiano contra o capital, que se traduz a partir da luta pela terra, pelo fortalecimento da

agricultura familiar, pela preservação ambiental dos espaços em que vivemos, e contra o preconceito estendido às populações rurais. Tendo em vista o modelo de desenvolvimento imposto às populações do campo que obriga essa juventude a se deslocar aos meios urbanos em busca de direitos e melhoria na qualidade de vida que lhes são negados nos meios rurais.

Reconhecendo-nos enquanto um segmento da juventude negra brasileira e como tal vítima dos mesmos processos excludentes que historicamente marcam nossa trajetória, assim como ocorre com a juventude negra do meio urbano, reivindicamos políticas públicas que dialoguem com nossa realidade e rompam com o espectro da invisibilidade que tanta oprime e marca a juventude dos territórios remanescentes de quilombos.

Diante do exposto, afirmamos que a Juventude quilombola, negra, rural e urbana, brasileira tem sido historicamente excluída e esquecida no que tange os direitos e participação nos espaços de diálogo e construção de políticas públicas do país. Desta forma atentamos às questões desta juventude e reivindicamos por meio desta moção a imediata:

- * Titulação e regularização Fundiária dos nossos territórios.
- * Construção de Políticas Públicas específicas para a Juventude quilombola respeitando sua diversidade regional e territorial.
- * Construção de escolas de ensino fundamental e médio nas Comunidades Quilombolas garantindo que minimamente, 30% dos profissionais destas escolas sejam membros destas comunidades.
- * Inclusão Digital e de outros meios de comunicação que promovam a sociabilidade e o acesso à informação para essa juventude dentro de suas comunidades.

6. Moção de repúdio à violência e ao extermínio de jovens

As Pastorais da Juventude do Brasil (PJ, PJE, PJR e PJMP), por meio da Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens, indicam que a violência é uma das principais causas de mortes de jovens em todo o Brasil e diante disso, repudiam toda e qualquer violência com os/as jovens. Vivemos numa sociedade profundamente marcada pela violência, seja ela interpessoal, estrutural ou institucional. A expressão máxima desta violência é a morte e, em sua face mais perversa, o extermínio. É do extermínio que a juventude brasileira é vítima. É preocupante como a taxa de mortalidade de jovens vem crescendo em nosso país, posto que, em dez anos (1998-2008) o crescimento da taxa de homicídio entre jovens de 15 a 24 anos cresceu 11,1%, segundo o Mapa da Violência em 2011 – Jovens do Brasil, produzido pelo Instituto Sangari, Ministério da Justiça e Governo Federal. Outro exemplo dessa violência é a ilusão promovida pelo modelo agrário-industrial, que expulsa as pessoas do campo, congestionando a cidade, não viabilizando moradia digna, saneamento básico, educação pública de qualidade, trabalho, acesso à cultura e comunicação, assim como outros direitos garantidos pela Constituição. As vítimas dessa violência têm cor, gênero e idade definida. Ainda assim, sabemos que o poder público não destina a atenção necessária à população jovem e a essa

situação gritante e alarmante. Enquanto nós, juventudes organizadas como sociedade civil, não expusermos a situação chamando a atenção do poder público por meio dos diversos meios e sistemas de políticas públicas, dificilmente será dada atenção necessária às juventudes. Acreditamos que estes jovens não são agentes desta violência, mas vítimas de uma estrutura excludente, individualista, imediatista, sexista, machista, homofóbica e consumista. Lutamos pela vida e pelos direitos das juventudes, por isso, apresentamos a **MOÇÃO DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA E EXTERMÍNIO DE JOVENS.**

7. Moção de Divulgação da Realidade Juventude Mestiça Brasileira

Nós Juventudes Mestiça, Cabocla e Ribeirinhas do Brasil, em especial da Amazônia, viemos através desta tornar Público nossa insatisfação com o não-reconhecimento de nosso segmento como Comunidade Tradicional e divulgamos a real necessidade de nossos segmentos na Amazônia, onde nossas famílias e comunidades, tem sido expulsas de suas terras de origem devido à ocupações irregulares e à intensa atuação de Ong's estrangeiras em nosso país. De tal modo, pedimos maior proteção aos nossos locais de origem, assegurando nossos direitos e combatendo qualquer forma de preconceito e exploração, em especial da Juventude. Com essas medidas, nossa juventude esta cada vez mais praticando o êxodo rural e sofrendo as conseqüências das mazelas sociais presentes na área urbana. No mais, agradecemos a oportunidade e manifestamos interesse em compor a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

Eixo 3 - Direito à experimentação e qualidade de vida

GT 12 – Saúde

1. Moção de Repúdio

Levando em consideração a acessibilidade e inclusão social, não houve material em Braille ou digitalizado onde dificultou a participação das leituras do material utilizado na conferência. Para que não haja mais esse fato constrangedor para as pessoas com deficiência visual, sugeriu-se: Que sejam planejados meios onde sejam impressos esses materiais em Braille ou de acordo com as inscrições onde se tem a estatística do quantitativo dessas pessoas, e seja enviado com antecedência para o e-mail dessas pessoas para serem tomados conhecimentos ou as devidas providências da melhor forma para ser usado pelo próprio usuário.

2. Moção de Repúdio

Nos, delegados e delegadas presentes no II Conferência Nacional de Juventude Repudiamos a Constituição atual do Plano de Enfrentamento ao Crack que estabelece terapêuticamente um dispositivo do SUS, não garantindo a equidade no acolhimento, bem como o princípio da legalidade do Estado.

3. Moção de Aplauso

Ao dia da Bíblia – 2 domingo de dezembro. Pela Saúde Espiritual!

4. Moção de Apoio - Rede Nacional ao Adolescente e Jovem Vivendo com HIV e Aids

O aumento do quadro de Aids entre adolescentes e jovens no Brasil, revela um novo contexto na luta contra novas infecções e assistência a juventude vivendo com HIV. Nesta nova realidade se fazem necessárias políticas efetivas que agregam e dão cobertura a esta população.

Assim entendemos necessário e efetivo a criação do Plano Nacional de Enfrentamento a Juvenização da Aids, para que se possam ter respostas que levam a diminuição e/ou erradicação deste novo quadro de incidência da transmissão de HIV.

Por tudo que foi exposto abaixo assinamos em referência ao apoio a criação, construção e efetivação deste Plano Nacional de Enfrentamento à juvenização da Aids.

5. Moção de apoio ao projeto de lei 1722-2011

Moção de apoio ao projeto de lei 1722-2011 que destinada a comissão especial de políticas públicas de combate às drogas da câmara dos deputados. Tendo em vista a capacidade da publicidade de influenciar comportamento e considerando o poder aquisitivo dos jovens. Devido a exposição tendenciosa e entusiasta nas mídias de um estilo de vida que apresenta o consumo de álcool como fonte de lazer e também utilizando a imagem feminina para a comercialização e erotização do produto. Dados estatísticos comprovam que os índices de acidentes de transito com a população jovem está diretamente relacionado ao consumo abusivo de alcool dessa forma esta plenária propõe a moção de apoio ao projeto de lei n 1722/22-2011.

6. Moção ao Conjuve

Solicitamos que seja assegurada a acessibilidade as pessoas com deficiência para garantir seu direito a participação fornecendo materiais adaptados e tratamento respeitoso às pessoas com deficiência e seus acompanhantes.

7. Moção apresentada a 2ª Conferência Nacional de Juventude

Pela valorização e fortalecimento do sistema único de saúde (sus) 100 % publico e estatal. A juventude demonstra seu total descontentamento e se manifesta a favor do fim de toda a forma de terceirização e precarização dos serviços de saúde e do trabalhador, representada pelas OSSs, Ocips, fundações e PPPS, contratações , além de outras, que fragilizam o sistema público , frente da luta dos movimentos sociais , herança para a juventude brasileira.

8. Moção de repúdio

Nós delegados e delegadas presentes na 2ª conferencia nacional de juventude, repudiamos a constituição atual do plano nacional de enfrentamento ao crack que estabelece as comunidades terapêuticas em dispositivo do sus, não garante a equidade no acolhimento bem como o principio da laicalidade do estado.

9. Moção de apoio

O aumento do quadro de aids entre adolescentes e jovens no Brasil, revela um novo contexto na luta contra novas infecções e assistência a juventude vivendo com hiv, nesta nova realidade fazem necessárias, política efetivas que agregam e dêem cobertura a esta população. Assim entendemos necessário efetiva a criação do plano nacional de enfrentamento a juvenização da

AIDS, para que se possam ter respostas a diminuição e –ou erradicação deste novo quadro de incidência da transmissão do HIV. Por tudo que foi exposto abaixo assinamos em referencia ao apoio a criação, construção e efetivação deste plano nacional de enfrentamento a juvenização da AIDS. Relato na rede nacional de adolescentes e jovens vivendo com HIV e aids.

Eixo 4

GT15 – Direitos Humanos

1. Moção Plano Nacional de Combate ao Crack

O estado Brasileiro não pode ir na contramão da defesa dos direitos humanos ao promover violações em forma de políticas públicas. O plano nacional de combate ao crack é uma demonstração disso, ao desprezar a luta antimanicomial e estimular extermínio da juventude negra, baseando num conceito atrasado e preconceituoso de segurança pública, no momento em que se defende a implementação do ANDH-3, políticas dessa natureza enfraquecem o movimento em defesa dos direitos humanos.

2. Moção em defesa da memória, e da verdade e da justiça

A juventude brasileira, reunida na 2ª Conferência Nacional de Juventude manifesta apoio à comissão nacional da verdade. Aprovada no congresso e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, pois representa um marco importante na história da democracia brasileira, pois representa o reencontro do povo brasileiro com sua história.

Durante muito tempo nos foi imposto o pacto do silêncio, que negou o direito de conhecermos os crimes praticados pelo estado brasileiro durante a ditadura militar. Muitos não queriam nem querem romper esse pacto, por isso o trabalho da comissão ainda não será capaz de punir ao agentes diretos e indiretos daquela barbárie. Entretanto, o pacto foi rompido, poderemos conhecer a história de lutadores e lutadoras, em sua maioria jovens, que morreram ou desapareceram em defesa dos direitos humanos.

Reconhecemos a síntese produzida no atual momento histórico, a partir de uma correlação de forças determinada, mas não podemos deixar de dizer que queremos mais, que vamos dar continuidade à luta de gerações em busca da memória da verdade e também da justiça.

A comissão nacional da verdade foi sancionada pela primeira mulher presidenta do Brasil. Uma mulher que lutou contra a ditadura e por ela foi barbaramente torturada. Ao manifestar nosso apoio a comissão e defender seu fortalecimento, homenageamos companheiras e companheiros que, assim como Dilma, enfrentaram o terrorismo de estado em defesa da liberdade de pensamento e de expressão.

Uma outra lei extremamente importante foi sancionada junto à comissão da verdade. Trata-se da lei de acesso a informação. Ela será fundamental para dar mais publicidade e transparência aos atos da administração pública.

Venceu a democracia, venceu o povo brasileiro!

3. Moção de repúdio a violência e extermínio de jovens

Os delegados e delegadas da Conferência Nacional de Juventude em apoio à Campanha Nacional Contra a Violência e Extermínio de jovens, realizada pelas Pastorais de Juventude do Brasil (PJ, PJR, PJMP e PJE) identificam que a violência é uma das principais causas de mortes de jovens em todo o Brasil e diante disso, repudiam toda e qualquer violência contra o jovem em especial ao jovem negro, que atualmente é o mais atingido pela violência.

Vivemos numa sociedade profundamente marcada pela violência, seja ela interpessoal estrutural ou institucional. A expressão máxima dessa violência é a morte e, em sua face mais perversa, o extermínio. E é o do extermínio que a juventude brasileira é vítima.

É preocupante como a taxa de mortalidade de jovens vem crescendo no nosso país, posto que, em dez anos (1998-2008) o crescimento da taxa de homicídio entre jovens de 15 a 24 anos cresceu 11.1%, segundo o mapa da violência em 2011 – Jovens do Brasil, produzido pelo instituto Sangari, Ministério da Justiça e Governo Federal. Outro exemplo dessa violência é a ilusão promovida pelo modelo agrário-industrial, que expulsa as pessoas do campo e congestionam a cidade, não viabilizando moradia digna, saneamento básico, educação pública de qualidade, trabalho, acesso a cultura e comunicação assim como outros direitos garantidos pela Constituição.

As vítimas dessa violência têm cor e é negra, e também de gênero e idade definida. Ainda assim, sabemos que o poder público não destina a atenção necessária à população jovem e a essa situação gritante e alarmante. Enquanto nós, juventudes organizadas como sociedade civil, não expusermos a situação chamando a atenção do poder público por meio dos diversos meios e sistemas de políticas públicas, dificilmente será dada a atenção necessária a juventude.

Acreditamos que esse jovens não são agentes dessa violência, mas vítimas de uma estrutura excludente, individualista, imediatista, machista, homofóbica, racista e consumista. Lutamos pela vida e pelos direitos da juventude, por isso, apresentamos a **MONÇÃO DE REPÚDIO À VIOLENCIA E EXTERMÍNIO DE JOVENS!**

4. Moção de Apoio às SEPPIR, SPM, SDH e SNJ

Nós, Delegados (as) da 2ª Conferência Nacional de Juventude, reiteramos o apoio à manutenção político-estrutural das Secretarias com status de Ministérios (SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres, SDH – Secretaria de Direitos Humanos). Bem como, conferir à SNJ - Secretaria Nacional de Juventude o mesmo status, no sentido de Fortalecer o espaço das discussões e ações de políticas públicas no Brasil.

5. Moção de repúdio à Criminalização dos Movimentos Sociais

Não é incomum sabermos que um movimento foi duramente reprimido e criminalizado, seja pela polícia seja pela cobertura tendenciosa da imprensa. Exemplos deste fato podem ser visto no caso da ocupação da Reitoria da USP, onde a Polícia Militar do Governo do Estado de São Paulo retirou os estudantes da reitoria pela tropa de choque ou em diversas ocupações pelo Movimento dos Sem Terra. Nós, aqui reunidos na Conferência Nacional de Juventude repudiamos a Criminalização dos Movimentos Sociais entendendo estes como decisivos para alcançar os direitos que queremos. (Acrescentar espírito santo)

6. Moção de apoio ao Movimento #OcupeBrasília

Na manhã de terça-feira (6 de dezembro) cerca de 300 estudantes convocados pela UNE e UBES armaram suas barracas no gramado da Esplanada dos Ministérios, dando início ao movimento #OcupeBrasília em uma grande demonstração de ousadia e combatividade. Ousadia essa que coincide com a esperança dos jovens de todo o mundo que têm sido os motores de grandes revoltas populares pelo mundo a fora. Em meio aos ataques da grave crise internacional que vivemos, o ano de 2011 é repleto desses exemplos.

A luta contra os regimes ditatoriais foi o foco de resistência da juventude do Oriente Médio. Na Europa, a saída conservadora para a crise econômica com duros golpes aos direitos sociais, fez com que o povo se levantasse em grandes manifestações nas praças da Grécia, Espanha, Inglaterra entre outros países. No continente latino americano, os estudantes do Chile e recentemente da Colômbia realizaram manifestações massivas em defesa da educação pública e gratuita. Essas mobilizações chegaram até aos Estados Unidos, com o movimento Ocupe Wall Street que questionou o sistema capitalista e suas bases no mercado financeiro com manifestações em Boston, Chicago, Los Angeles e se espalharam por todo o mundo.

Nós, delegados da Conferência Nacional de Juventude, apoiamos os estudantes que seguem acampados na Esplanada dos Ministérios para pressionar pela aprovação do PNE com investimento de 10% do PIB para Educação, dos 50% do Fundo Social do Pré-Sal para Educação e do Estatuto da Juventude.

7. Moção de Repúdio – Extermínio da Juventude Negra

Na primeira edição da Conferência Nacional de Juventude o tema mais votado pelos delegados presentes na Plenária Final foi a necessidade de implementação de políticas públicas de combate ao extermínio da juventude negra. As estatísticas mostram que a juventude negra é a que mais morre - de dez jovens que morrem por homicídios sete são homens negros, e apesar do índice de mortes na juventude em geral ter diminuído, entre a juventude negra ainda não obtivemos avanços. Nós, delegados à Conferência Nacional de Juventude, repudiamos que o Governo Federal ainda não tenha implementado políticas públicas efetivas para o combate ao extermínio da juventude negra, menosprezando a primeira prioridade apresentada no

documento final da 1ª Conferência Nacional de Juventude. Insistimos que no próximo período mais atenção seja dispensada à questão para que o pleno direito humano à vida seja garantido.

8. Moção – Conferencia Nacional de Juventude

Os delegados/as da II Conferencia Nacional de Juventude manifestam apoio à consolidação da política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis esta assegurado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU/2006, ratificada no Brasil com status de Emenda Constitucional pelos Decretos nº. 186/2008 e nº. 6.949/2009.

Destaca-se também que a perspectiva inclusa da educação especial foi amplamente discutida durante a Conferencia Nacional de Educação – CONAE/2010, QUE EM SEU Documento Final, deliberou que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas turmas comuns do ensino regular.

Este documento orienta os sistemas de ensino garantido o acesso ao ensino comum, a participação, a aprendizagem e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado e competente a escolarização aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas publicas.

GT16 – Segurança

1.

1.1 Moção em defesa da participação de jovens beneficiários

Moção em defesa da participação de jovens beneficiários de políticas públicas da juventude nas próximas conferências nacionais de juventude.

Nós participantes da 2ª Conferência Nacional de Juventude, lamentamos a baixa quantidade de jovens beneficiários das PPJ nesta conferência.

Consideramos que a presença destes jovens além de legítima é de fundamental importância no processo das conferências.

Por esta razão defendemos que nas próximas conferências seja garantida participação destes jovens através de cotas.

1.2 Moção em defesa da participação de jovens beneficiários de políticas de juventude nas conferências

Nós, participantes da II Conferência Nacional de Juventude lamentamos a baixa participação de jovens beneficiários das PPJs.

A presença destes jovens muito importante, pois garante o olhar daqueles jovens que são atendidos pelas políticas

2. Moção contra a redução da maioridade penal

Nós, jovens reunidos na 2ª Conferência Nacional de Juventude, expressamo-nos contrários ao rebaixamento da idade penal de 18 anos para 16 ou 14 anos, bem como, toda e qualquer proposta de medidas de repressão para com a juventude. Sabemos que a cultura de paz não virá magicamente com essas medidas.

Acreditamos que sendo cumprido o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA não seria necessários subterfúgios para justificar a redução da maioridade penal. Compreendemos que crianças, adolescentes e jovens, vistos como cidadãos de direitos, respeitados dificilmente serão violadores/as dos Direitos Humanos.

Não concordamos com o posicionamento dos grandes veículos de comunicação quando se reportam a juventude de forma equivocada criminalizando-as, não as vendo como sujeitos de direitos, críticos e agentes de transformação social.

Diante do exposto, exigimos o compromisso do Estado na obrigatoriedade e responsabilidade, em garantir os direitos constitucionais fundamentais para todas as crianças, adolescentes e jovens, assegurando-lhes condições igualitárias para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, assim como assegurar que as famílias a comunidade e a sociedade tenham condições para assumir as suas responsabilidades na proteção de seus filhos/as.

Diante de todas as manifestações acima, reafirmamos nossa oposição a toda e qualquer proposta de redução da idade penal, bem como das demais propostas legislações no Congresso Nacional, de medida de repressão ou de redução de direitos juvenis.

3. Moção de apoio a aprovação do pl 122 que criminaliza a homofobia

Nós, delegados da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para Juventude, manifestamos nosso apoio incondicional à imediata aprovação do PL 122/06 que criminaliza a homofobia.

Entendendo que os marcos legais que criminalizam violências específicas em nosso País sempre significaram avanços e redução das referidas violências. Desta forma acreditamos que a situação de total violência a que está submetida a população LGBT em nosso País, reduzirá com a aprovação e posterior efetivação de tal legislação.

Por um Brasil sem homofobia, lesbofobia e transfobia é que aprovamos a presente moção.

4. Moção de Apoio á Campanha Nacional Contra a Violência e Extermínio de Jovens.

Vivemos numa sociedade profundamente marcada pela violência, seja ela interpessoal, estrutural ou institucional. A expressão máxima desta violência é morte, e, em sua face mais perversa, o extermínio. E é do extermínio que a juventude brasileira é vítima.

É preocupante como a taxa de mortalidade de jovens vem crescendo em nosso país, posto que, em dez anos (1998 – 2008) o crescimento da taxa de homicídio entre jovens de 15 a 24 anos, segundo o Mapa da Violência 2011 – Jovens do Brasil. Outro exemplo dessa violência é a ilusão promovida pelo modelo agrário-industrial, que expulsa as pessoas do campo congestionando a cidade, não viabilizando moradia digna, saneamento básico, educação pública de qualidade, trabalho, acesso a cultura e comunicação assim como outros direitos garantidos pela Constituição.

As vítimas dessa violência têm cor, gênero, classe social e idade definida. Ainda assim, sabemos que o poder público não destina a atenção necessária à população jovem e a essa situação alarmante. Enquanto nós, juventudes organizadas como sociedade civil, não expusermos a situação chamando atenção do Poder Público por meio dos diversos sistemas e políticas públicas, dificilmente será dada atenção necessária as juventudes.

Desta forma, nós delegados da II Conferência Nacional de Juventude, manifestamos nosso apoio à Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens, organizada pelas Pastorais da Juventude do Brasil, como forma de articulação da sociedade civil contra a violência.

5. Moção de Apoio ao Plano de Enfrentamento a Mortalidade da Juventude Negra

Nós, delegados, convidados e observadores da II Conferência Nacional de Juventude, manifestamos apoio a implementação imediata do Plano Nacional de Enfrentamento a Mortalidade da Juventude Negra, tendo como vista o não cumprimento da Prioridade 01 da I Conferência Nacional de Juventude ocorrida em 2008.

6. Moção de Repúdio Prioridade 01 da I Conferência Nacional de Juventude

A juventude negra, presente na II Conferência Nacional de Juventude, repudiamos a forma como o Governo Brasileiro tratou a Prioridade 01 da I Conferência Nacional de Juventude

desde 2008. Exigimos implementação imediata do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência e Mortalidade da Juventude Negra.

7. Moção translado

Encaminho essa moção para buscar melhoria no translado dos delegados e inclusão de ônibus adaptados.

É de extrema importância que haja procedimentos para possíveis atrasos se perda de voo, que as empresas aéreas estejam orientadas para trocar de horário e embarque em outro voo para garantir a participação do delegado.

Atrasos justificados pela distância ou outros problemas devem fazer parte do plano do grupo que coordena o translado, para que os delegados sejam orientados e redirecionados.

GT17 - Questões étnico-raciais

1. Moção de repúdio aos municípios e estados brasileiros que não cumprem a Lei de Diretrizes e Bases

Moção de repúdio aos municípios e estados brasileiros que não cumprem a Lei de Diretrizes e Bases no que diz respeito ao ensino obrigatório da história da cultura africana, afro-brasileira e indígena em toda a educação básica. Direcionada aos Senadores Brasileiros tendo como cenário no Brasil o racismo institucional que exclui a população negra das oportunidades de desenvolvimento humano e considerando também a atual prática do sistema de segurança pública e privada que extermina a população jovem negra, queremos neste documento exigir do Estado Brasileiro a implementação imediata de políticas que garantem a vida e segurança efetiva da população jovem negra brasileira com o fim do extermínio de jovens e o exigir o direito à memória da história da cultura africana afro-brasileira através da implementação e punição dos municípios e Estados que não efetivaram em suas práticas didáticas as leis nº 10639/03 e nº 11.645 e LDB.

2. Moção maioria penal

Os delegado/as presentes na 2ª Conferência Nacional de Juventude vem por meio deste manifestar o repúdio a diminuição da maioria penal. Ciente de que esta proposta de diminuição a maioria Penal não responde as questões de violência e extermínio que se encontra a juventude em especial a juventude negra. Neste sentido querendo manifestar repúdio contra a diminuição da maioria penal no congresso nacional.

3. Moção de Apoio

Moção de Apoio à reserva de vagas nas Universidade e concursos públicos para a população negra brasileira e a derrubada da ADPF nº 186

4. Moção de Apoio à UNE/UBES

Moção de Apoio à UNE/UBES ao acampamento na esplanada em prol de 55% do fundo social do pré sal e 10% do PIB pra educação

5. Moção de Apoio a aprovação do PI 122 que criminaliza a homofobia

Nós delegados e delegadas da 2ª Conferência Nacional de Política pública para a juventude, manifestamos nosso apoio incondicional à imediata aprovação do PL 122/06 que criminaliza a homofobia.

Entendendo que os marcos legais que criminalizam violência específica em nosso país sempre significaram avanços e redução das referidas violências. Desta forma acreditemos que a situação de total violência a que está submetida a população LGBT em nosso país, reduzirá com a aprovação e posterior efetivação de tal legislação.

Por um Brasil sem homofobia e transfobia e lesbofobia aprovamos a presente moção

GT18 - LGBTT

1. Moção repúdio uso do nome social

Repudiamos a Comissão Organizadora da 2ª Conferência Nacional de Juventude pelo não respeito ao uso do nome social.

2. Moção repúdio limitação do uso de espaços públicos

Nós, delegados (as) da II Conferência Nacional da juventude, repudiamos os governos de municípios, cidades e estados que limitam o uso de espaços públicos por comunidades e povos tradicionais, bem como movimento LGB, negros e feministas.

3. Moção de Recomendação ampliação das representações de povos e comunidades tradicionais

Nós, delegados (as) da II Conferência Nacional da Juventude, recomendamos a ampliação das representações de povos e comunidades tradicionais no conselho nacional da juventude, bem como na organização da II Conferência Nacional, assim como portarias e demais documentos que organizam e sistematizam o evento, garantindo que povos e comunidades tradicionais, movimentos feministas, raciais e LGBT tenham suas demandas apreciadas, que se estendem para todos os eixos educação, trabalho, (desenvolvimento integral), cultura, comunicação, cidade, transporte, meio ambiente, direito ao território, saúde, lazer, tempo livre, direitos humanos, segurança, questões étnico raciais, LGBT, gênero, participação e fortalecimento institucional.

4. Moção de Defesa - Estado Laico

Os delegados e delegadas, reunidos (as) na 2ª Conferência 2011, solicitam ao chefe de Estado Brasileiro, Excelentíssima Senhora presidenta Dilma, bem como aos presidentes, da Câmara dos Deputados Marco Maia, e José Sarney, do Senado Federal, que cumpram e façam cumprir o dispositivo na carta magna Brasileira, que trata do Estado Laico garantindo que as Leis, políticas públicas e demais instrumentos legais e normativos, bem como programas, projetos e outros, respeitem a pluralidade, a diversidade social, gênero, identidade de gênero, étnica, deficiências, povos tradicionais e povos originários.

5. Moção de apoio a aprovação do PL 122 que criminaliza a homofobia.

Nos, delegados e delegadas da 2ª Conferência Nacional de políticas para a juventude, manifestamos nosso apoio incondicional a imediata aprovação do PL 122/06 que criminaliza a homofobia. Entendendo que os marcos legais que criminalizam violências específicas em nosso país sempre significaram avanços e redução das referidas violências. Desta forma acreditamos que esta violência submetida à população LGBT em nosso país reduzirá com a aprovação e posterior edificação de tal legislação. Por um Brasil sem homofobia, lesbofobia e transfobia é que aprovamos a presente moção.

6. Moção de Repúdio aos dados do mapa da violência 2011

Nós, da II conferência Nacionais de Juventude, repudiamos a falta dos recortes de orientação sexual e identidade de gênero no mapa da violência 2011. Solicitamos que a inserção desses recortes enquanto indicadores importantes para a implementação de políticas públicas de direitos humanos e cidadania LGBT.

7. Moção AIDS entre jovens

O aumento do quadro da AIDS entre jovens no Brasil revela um novo contexto na luta contra novas infecções e assistência à juventude vivendo com HIV. Nesta nova realidade, se fazem necessárias políticas efetivas que agreguem e dêem cobertura a esta população. Assim entende-se ser necessário e efetivo a criação do Plano Nacional de Enfrentamento a Juvenização da AIDS, para que se possam ter respostas que levam a diminuição e/ou erradicação deste novo quadro da transmissão do HIV. Por tudo que foi exposto apoiamos a criação construção e efetivação deste Plano Nacional de Enfrentamento a Juvenização da AIDS.

8. Moção de apoio descriminalização do aborto

Nós, delegados e delegadas da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude, manifestamos nosso apoio à descriminalização da do aborto. A clandestinidade das práticas de abortamento em nosso país tem vitimizado cotidianamente inúmeras mulheres que por ausência de atendimento do SUS, Sistema Único de Saúde, saem violentamente desrespeitadas no que cerne aos seus direitos sexuais e reprodutivos. Descriminalizar o aborto é garantir que num país democrático como o nosso as mulheres que estiverem nesta situação possam ter seus direitos e sua vida garantidos. Sabemos que as jovens mulheres são as que mais são vitimizadas. Sendo assim é pela descriminalização do aborto que aprovamos a presente moção.

9. Moção

Os delegados/as presentes na 2ª Conferência Nacional de Juventude, manifesta-se contra a possível reforma ministerial noticiada por jornais como Folha de São Paulo e O Globo. Segundo as notícias veiculadas, importantes Secretarias, como as de Mulheres e da Promoção da Igualdade Racial, perderão os seus status de ministérios e serão aglutinadas em um ministério “guarda-chuva” dos setores sub-representados na vida política nacional. O novo órgão será denominado, segundo as notícias, como Ministério dos Direitos Humanos. Se confirmada, essa medida inviabilizara o cumprimento de alguns dos principais desafios do governo da Presidenta Dilma Roussef para a promoção da igualdade racial no Brasil, a saber:

- consolidar as mudanças dos últimos anos, ampliar as conquista e impedir qualquer retrocesso na afirmação de direitos sociais, culturais, políticos e econômicos da população negra;
- promover a inclusão social e a redução das desigualdades, garantir um projeto de desenvolvimento sustentável para o país com igualdade de gênero, raça e etnia;
- implementar políticas para diminuir as desigualdade sociorracionais no Brasil e reduzir a imensa dívida histórica e social que a sociedade e o Estado têm para com a população negra no Brasil;
- dar continuidade a uma ação de governo, iniciada na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que reconhece o grave quadro de desigualdade socioeconômica, em

razão das diferenças raciais, e a necessidade de políticas para erradicação do racismo e da pobreza em nosso país.

É fundamental manter e reestruturar a SEPPIR

Para continuarmos a enfrentar os desafios aqui apontamos e fortalecer a nossa luta contra o racismo, precisamos que a SEPPIR continue a ser no governo da Presidenta Dilma Rousseff o centro da articulação, promoção e acompanhamento das políticas dirigidas a população negra. Com esse objetivo, é necessário que a Secretaria seja reestruturada e atenda às demandas históricas da população negra, através da ampliação de seu orçamento e de seus recursos materiais e humanos, de forma a ter maior capacidade técnica e institucional.

Impedir qualquer retrocesso em nossas conquistas

Essa forma, se concretiza, contraria a realidade política brasileira, na qual a pressão dos ativistas do combate ao racismo e feministas, no interior dos partidos políticos e na sociedade, tem ampliado a representação e participação de negros e mulheres, fazendo com que avance a compreensão de que a superação da opressão de classe não é suficiente para combater as contradições advindas das relações desiguais de raça e gênero.

A ação dos movimentos sociais tem reflexo nas ações de governo, nos municípios, nos estados e na União, por meio da implementação de políticas que contribuem, também, para democratizar as relações econômicas e sociais. Mesmo que tardiamente, elas passam a incorporar as lutas pelo direito à diferença e pela afirmação das identidades de gênero e raça.

A criação da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 21 de Março de 2003, Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial, foi consequência dos acúmulos construídos, contexto em que nós delegados/as temos a consciência do nosso papel protagonista. Foi também uma resposta a um anseio que comece a reparar a dívida social de mais de quinhentos anos com a população negra de nosso país.

Ações e políticas como o reconhecimento, certificação e titulação das terras dos remanescentes de quilombos e a agenda social quilombola; o plano de implementação da lei Federal 10.639; o acesso dos estudantes negros e negras às universidades brasileiras; a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o Estatuto da Igualdade Racial; de política que são referências para governos de outros países na América Latina e no continente africano, são exemplos concretos da necessidade da manutenção e ampliação dessas políticas.

É importante destacar que as ações e políticas da SEPPIR são executadas com maior ênfase para a população negra, mas também são dirigidas a outros segmentos étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância como ciganos, comunidade judaica e comunidade árabe-palestina.

A concretização de uma reforma ministerial nos moldes apresentados será, com certeza, um retrocesso em conquistas importantes no campo das políticas públicas e nas medidas jurídicas e legislativas que ajudaram o Brasil a compreender que o racismo existe e que a sua superação

e a promoção da igualdade racial são fundamentais para seguir mudando a vida da população negra, que representa hoje mais de metade da população brasileira.

GT19 - Gênero

1. Moção de Repúdio adotada pelo documento base da 2ª Conferencia Nacional de Juventude

1.1. Repudiamos a opção adotada pelo documento base da 2ª Conferencia Nacional de Juventude quanto ao emprego de linguagem inclusiva que não respeita ao uso do nome social. O expediente do documento adverte que o texto utiliza o “masculino gênero” para preservar a fluidez da leitura e evitar sobrecarga gráfica. Discordamos dessa justificativa e defendemos o emprego de linguagem não-sexista, que garanta a visibilidade de todos os gêneros

1.2 Repudiamos a linguagem masculina em que foram apresentadas em todos os documentos da Conf. Nacional de Juventude. Recomendamos que estes sejam revisados no intuito de incluir a linguagem com recorte de gênero, onde o feminino seja incluído. Afirmamos que o masculino genérico como norma da língua portuguesa e aqui - como exposto no Manual do Participante – inviabiliza a atuação das mulheres na construção da sociedade brasileira, portanto não nos sentimos representadas por esta linguagem.

1. Moção violência contra a juventude

Nós, participantes do GT de Gênero da 2ª Conferência Nacional de Juventude, destacamos que a violência contra a juventude é um grave problema que deve ser enfrentado e compreendido em perspectiva de gênero. Sabemos que o genocídio da juventude negra vitimiza sobre tudo homens, em função de um sistema sócio cultural que estimula comportamentos machistas e sexistas. Com tudo, denunciemos também o feminicídio que vitimiza as jovens mulheres, principalmente negra e pobre, em função de situações como a violência contra a mulher, violações aos DSDR, abortamento inseguro, lesbofobia entre outras. Nesse sentido repudiamos a invisibilidade só feminicídio e da violência contra as mulheres jovens dessa conferencia

2. Moção de repúdio propaganda da hope

Repudiamos a forma mercantilizada que as mulheres são apresentadas pela mídia brasileira, em especial pela propaganda da hope, com a exploração do corpo e da sexualidade das mulheres. Consideramos que desta forma a mídia reforça a visão estereotipada das mulheres e contribui para as desigualdades e violências vivenciadas pelas mulheres na sociedade brasileira.

3. Moção de apoio a mudança da nomenclatura do GT de gênero

Nós participantes do GT de gênero da 2ª Conferência Nacional de Juventude, sugerimos e apoiamos a troca de nome da GT, propondo que, a partir da próxima conferência, este se chame

“GT de Jovens Mulheres e Equidade de gênero”

Entendemos que ao trocarmos do gênero, estamos tratando de pautas das mulheres e um tema perpassa pelo outro.

Entretanto afim de que, forcemos o protagonismo de Jovens Mulheres , não só nesta conferência, como em todos os outros de discursos do governos.

4. Moção de repúdio à extinção da SPM e SEPPIR

Os delegados à 2ª Conferência Nacional de Juventude, reunidos em Brasília em 10 de dezembro de 2011 vêm a público se manifestarem contrários à extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e realocação das mesmas sob um “superministério” de Direitos Humanos. Entendemos que este seria um grave retrocesso no que tange o tratamento que o Estado brasileiro despense aos grupos historicamente mais oprimidos do país.

Creemos, lastreados por experiências em todo o país, que caso a SPM e a SEPPIR percam o status de ministérios e passem a ser coordenadorias ou sub-secretarias, nossas pautas específicas se diluiriam e perderiam a força; pois estar alocado em outro ministério significa perda de recursos e autonomia. Correremos o sério risco de assistir a retrocessos nas políticas públicas para mulheres e de promoção da igualdade racial. Para desenvolver o Brasil, ao contrário de “enxugados”, estes ministérios precisam ser ainda mais valorizados; as políticas públicas mais desenvolvidas, com investimentos e recursos.

A bandeira de “eficiência administrativa” não pode subsumir a conquista da igualdade entre todos os brasileiros e brasileiras! Esta é a vontade da juventude brasileira!

Pelo fortalecimento da Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR!

Eixo 5

GT 20 - Participação

1. Moção contra a redução da maioridade penal

As PASTORAIS DE JUVENTUDE DO BRASIL (PJ, PJE, PJMP, PJR) que ao longo das últimas décadas vem pautando políticas públicas na defesa da vida dos jovens, expressam-se contrárias ao rebaixamento da idade penal de 18 para 16 ou 14 anos, bem como, toda e qualquer proposta de medidas de repressão para com a juventude. Sabemos que a cultura de paz não virá magicamente com essas medidas.

Acreditamos que sendo cumprido o Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA não seria necessário subterfúgios para justificar a redução da maioridade penal. Compreendemos que crianças, adolescentes e jovens, vistos como cidadãos de direitos, respeitados, dificilmente serão violadores/as dos Direitos Humanos.

Não concordamos com o posicionamento dos grandes veículos de comunicação quando se reportam a juventude de forma equivocada criminalizando-as, não as vendo como sujeitos de direitos, críticos e agentes de transformação social.

Diante do exposto, exigimos o compromisso do Estado na obrigatoriedade e responsabilidade, em garantir os direitos constitucionais fundamentais para todas as crianças, adolescentes e jovens, assegurando-lhes condições igualitárias para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, assim como assegurar que as famílias a comunidade e a sociedade tenham condições para assumir as suas responsabilidades na proteção de seus filhos/as.

Diante de todas as manifestações acima as PASTORAIS DE JUVENTUDE DO BRASIL reafirmam suas oposição a toda e qualquer proposta de redução da idade penal, bem como das demais propostas legislativas existentes no Congresso Nacional, de medida de repressão ou de redução de direitos juvenis.

3. Moção de repúdio a violência e o extermínio de jovens

As Pastorais da Juventude do Brasil (PJ, PJE, PJR e PJMP), por meio da Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens, identificam que a violência é uma das principais causas de mortes de jovens em todo o Brasil e diante disso, repudiam toda e qualquer violência contra os/as jovens.

Vivemos numa sociedade profundamente marcada pela violência, seja ela interpessoal, estrutural ou institucional. A expressão máxima desta violência é a morte, e, em sua face mais perversa, o extermínio. E é do extermínio que a juventude brasileira é vítima.

É preocupante como a taxa de mortalidade de jovens vem crescendo em nosso país, posto que, em dez anos (1998-2008) o crescimento da taxa de homicídio entre jovens de 15 a 24 anos cresceu 11,1%, segundo o Mapa da Violência em 2011 – Jovens do Brasil, produzido pelo Instituto Sangari, Ministério da Justiça e Governo Federal. Outro exemplo dessa violência é a ilusão promovida pelo modelo agrário-industrial, que expulsa as pessoas do campo congestionando a cidade, não viabilizando moradia digna, saneamento básico, educação pública de qualidade, trabalho, acesso a cultura e comunicação assim como outros direitos garantidos pela Constituição.

As vítimas dessa violência têm cor, gênero e idade definida. Ainda sim, sabemos que o poder público não destina a atenção necessária à população jovem e a essa situação gritante e alarmante. Enquanto nós, juventudes organizadas como sociedade civil, não expusermos a situação chamando a atenção do poder público por meio dos diversos meios e sistemas de políticas públicas, dificilmente será dada atenção necessária às juventudes.

Acreditamos que estes jovens não são agentes desta violência, mas vítimas de uma estrutura excludente, individualista, imediatista, sexista, machista, homofóbica e consumista. Lutamos pela vida e pelos direitos das juventudes, por isso, apresentamos a MOÇÃO DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA E EXTERMÍNIO DE JOVENS.

4. Moção de apoio ao Movimento #OcupeBrasília

Na manhã de terça-feira (6 de dezembro) cerca de 300 estudantes convocados pela UNE e UBES armaram suas barracas no gramado da Esplanada dos Ministérios, dando início ao movimento #OcupeBrasília como uma grande demonstração de ousadia e combatividade. Ousadia essa que coincide com a esperança dos jovens de todo o mundo que têm sido os motores de grandes revoltas populares pelo mundo a fora. Em meio aos ataques da grave crise internacional que vivemos, o ano de 2011 é repleto desses exemplos.

A luta contra os regimes ditatoriais foi o foco de resistência da juventude do Oriente Médio. Na Europa, a saída conservadora para a crise econômica com duros golpes aos direitos sociais, fez com que o povo se levantasse em grandes manifestações nas praças da Grécia, Espanha, Inglaterra entre outros países. No continente latino americano, os estudantes do Chile e recentemente da Colômbia realizaram manifestações massivas em defesa da educação pública e gratuita. Essas mobilizações chegaram até aos Estados Unidos, com o movimento Ocupe Wall Street que questionou o sistema capitalista e suas bases no mercado financeiro com manifestações em Boston, Chicago, Los Angeles e se espalharam por todo o mundo.

Nós, delegados da Conferência Nacional de Juventude, apoiamos os estudantes que seguem acampados na Esplanada dos Ministérios para pressionar pela aprovação do PNE com investimento de 10% do PIB para Educação, dos 50% do Fundo Social do Pré-Sal para Educação e do Estatuto da Juventude.

5. Moção pela redução da jornada de trabalho

PASTORAIS DE JUVENTUDE DO BRASIL (PJ, PJE, PJMP e PJR) entendem que a luta pelo trabalho, como um dos direitos fundamentais do ser humano, central para sua realização pessoal, é uma tarefa importante. No entanto, é preciso ter um entendimento de que essa tarefa deve servir à libertação dos homens e das mulheres (jovens ou não) e não a sua exploração e desumanização. O tempo de trabalho total também está cada vez mais intenso em função de diversas inovações técnico-organizacionais implementadas pelas empresas (como a polivalência, o just in time, a concorrência entre os grupos de trabalho, as metas e a redução das pausas).

Também em muito tem contribuído para essa intensificação a implementação do banco de horas (isso porque, nas horas de pico, os trabalhadores são chamados a trabalhar de forma intensa e nas horas de baixa demanda são dispensados do trabalho) configurando a precarização do trabalho.

O ingresso no mundo de trabalho constitui-se em um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta, mas devido as enormes dificuldades dos jovens em conseguir uma ocupação, principalmente em obter o primeiro emprego, do aumento da competitividade, da demanda por experiência e qualificação no mercado de trabalho, vem expressando inseguranças, angústias e preocupações ao falar das expectativas em relação ao mundo do trabalho no presente e no futuro.

Diante dessa realidade é visível e notória a necessidade urgente da redução da jornada de trabalho, pois será um dos instrumentos para geração de novos postos de trabalho e a conseqüente redução das taxas de desemprego. Se os trabalhadores de hoje trabalharem um pouco menos, mais pessoas poderão ocupar postos de trabalho.

É importante destacar também que a jornada normal de trabalho no Brasil é uma das maiores no mundo, sendo 44 horas de trabalho. O crescimento da economia e da produtividade do trabalho; e argumentos relacionados ao tempo de vida do trabalhador, como por exemplo, o pouco tempo que sobra ao trabalhador para o convívio familiar, o estudo, o lazer, o descanso e a luta coletiva, em função do grande tempo ocupado direta e indiretamente com a extensa jornada de trabalho tem interferido na desestruturação da vida das famílias brasileiras.

As PASTORAIS DE JUVENTUDE DO BRASIL observam que está comprovado a necessidade em desenvolver programas e ações de Estado que transformem a situação atual e diminuam a exploração dos trabalhadores/as, pois acreditamos no “ TRABALHO PARA A VIDA E NÃO PARA A MORTE”

GT 21 – Fortalecimento Institucional

1. Moção

Nós, jovens participantes da 2ª Conferência Nacional de Juventude apoiamos, incondicionalmente o acampamento na esplanada pra pressionar pela aprovação do estatuto da Juventude, 10% do PIB para educação e 50% fundo social para educação.